

## **Inmetro**

A Receita e o Inmetro preparam a segunda fase da operação Maré Vermelha que passará a exigir certificação de qualidade técnica dos produtos importados. "Será um trabalho de inteligência. Não vamos abrir todos os contêineres, mas vamos selecionar alguns nichos de mercado de produtos com maior irregularidade ou que podem ter potencial nocividade ao consumidor", antecipou à Agência Estado o procurador federal do Inmetro, Marcelo Martins.

Segundo ele, o objetivo é garantir que produtos nacionais com certificação compulsória não concorram com importados mais baratos, que chegam no Brasil fora dos padrões de conformidade técnica. A entrada do Inmetro no esforço do governo de combate às importações desleais faz parte do Plano Brasil Maior, mas o convênio com a Receita Federal foi assinado somente no mês passado.

Os fiscais do Inmetro só podem entrar no ambiente alfandegário com a presença dos técnicos da Receita. "Já temos equipes trocando informações. Na segunda etapa da Maré Vermelha teremos um conjunto de produtos com regulamentação técnica obrigatória que estará sendo fiscalizado", disse o subsecretário de Aduana e Relações Internacionais da Receita, Ernani Checcucci.

A operação Maré Vermelha foi iniciada em 19 de março para combater a entrada irregular no País de produtos de bens de consumo em segmentos da indústria brasileira fortemente atingidos pela concorrência desleal dos importados. Martins explicou que, além da análise visual, alguns produtos podem ser retirados para análise nos laboratórios credenciados do Inmetro. Também será checada a autenticidade de selos de qualidade nos produtos importados. Ele informou que mais de cem produtos têm certificação compulsória, mas este número deve dobrar em quatro anos.

Para evitar morosidade na liberação das mercadorias, o Inmetro já realizou um pregão eletrônico para selecionar os laboratórios que ficarão responsáveis pelas análises de conformidade técnica dos produtos. "Não queremos criar transtorno para o importador nacional. Nossa objetivo é não só proteger o consumidor, mas também a indústria nacional da concorrência desleal", afirmou Martins.

FONTE: AGÊNCIA ESTADO